



Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

## **PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 173/2019**

Assunto: Requer informações acerca dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato firmado entre a Municipalidade e a empresa Enob Ambiental, responsável pela limpeza pública, coleta e tratamento de lixo e resíduos.

**CONSIDERANDO** que a Enob Ambiental não tem depositado o FGTS dos trabalhadores e tem atrasado constantemente os salários, os tickets alimentação, as férias e convênio médico, ocasionando insegurança aos seus trabalhadores, que ficam descobertos quanto aos direitos e garantias trabalhistas,

**REQUEREMOS** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacareí o seguinte Pedido de Informações acerca dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato firmado entre a Municipalidade e a empresa Enob Ambiental, responsável pela limpeza pública, coleta e tratamento de lixo e resíduos:


1. Quais mecanismos de fiscalização dispõe o Município para fiscalizar o contrato de concessão com a Empresa Enob Ambiental, visando inibir o descumprimento dos direitos trabalhistas dos funcionários da referida concessionária de serviço público?

2. Existe alguma comissão permanente responsável por acompanhar e fiscalizar o referido contrato de concessão?

2.1 Caso positivo, informar os integrantes da referida comissão e quais foram as providências tomadas para inibir os constantes descumprimentos dos direitos trabalhistas pela empresa Enob Ambiental?

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.

  
**PAULINHO DOS CONDUTORES**  
Vereador, Líder do PL  
Vice-Presidente



## **PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 175/2019**

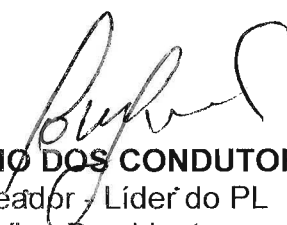
Assunto: Requer informações referentes à desapropriação objeto do Decreto nº 771, de 6 de junho de 2019.

**REQUEREMOS** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacareí o seguinte Pedido de Informações referente à desapropriação objeto do Decreto nº 771, de 6 de junho de 2019:

1. Qual o valor total a ser pago pela desapropriação em questão?
2. Quais as justificativas e demais estudos realizados para essa desapropriação?
3. Quais os custos individuais das avaliações realizadas?
4. Quais foram os critérios técnicos adotados para a realização das avaliações?
5. Enviar cópias de cada avaliação realizada.

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.



**PAULINHO DOS CONDUTORES**  
Vereador - Líder do PL  
Vice-Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

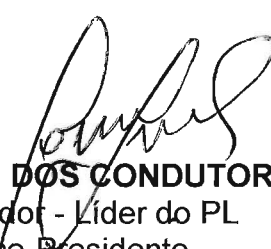
## REQUERIMENTO Nº 311/2019

Assunto: À Vivo, solicitando a instalação de telefone público, do tipo orelhão, defronte do nº 290 da Estrada Parateí do Meio (CEP 12.331-050), no Conjunto 22 de Abril, neste Município.

**REQUEREMOS** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado à Vivo solicitando a instalação de telefone público, do tipo orelhão, defronte do nº 290 da Estrada Parateí do Meio (CEP 12.331-050), no Conjunto 22 de Abril, neste Município.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos da Vivo e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.



**PAULINHO DOS CONDUTORES**

Vereador - Líder do PL

Vice-Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

REQUERIMENTO Nº 319/2019

Assunto: Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades na execução e cumprimento do contrato de concessão da empresa Ambiental.

Considerando denúncias recebidas de atrasos nos pagamentos de salários, o não recolhimento de direitos trabalhistas e as péssimas condições de trabalho que os funcionários da empresa são submetidos.

Respeitosamente, REQUEREMOS, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, em conformidade com o artigo 51 do Regimento Interno e com o § 4º do artigo 20 da Lei Orgânica do Município, seja constituída uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar, no prazo máximo de 180 dias, denúncias de irregularidades na execução e cumprimento do contrato de concessão da empresa Ambiental.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.

*Leonardo da Silva Original*

**Luis Flavio Dias**  
Vereador PT

**Paulinho dos Condutores**  
Vereador

**Dra. Márcia Santos**  
Vereadora - PV

**Dr. Rodrigo Salomon**  
Vereador - PSDB

**VALMIR**  
do Parque Meia Lua  
Vereador - DC

**Lucimar Ponciano**  
Vereadora - PSDB